



## **PROCESSO DEMOCRÁTICO NA ESCOLA: A ELEIÇÃO DE DIRETORES**

Eixo-temático: Política e gestão educacional

Fhelipe Emmanuel Vicente da Silva

[UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS]

[fh.emmanuel@gmail.com]

Graciel Marques Correia

[UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS]

[gracielmarques.dg@hotmail.com]

José Carlos dos Santos Silva

[UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS]

[escarlos13@hotmail.com]

Tatiana dos Santos Perreira

[UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS]

[tatia.taty@hotmail.com]

SANTOS, Mônica R. N. dos – orientadora

[UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS]

[monica.santos@delmiro.ufal.br]



**Resumo:** O presente artigo destaca a importância da participação democrática para o fortalecimento da gestão democrática nas escolas públicas. Baseado em autores Libâneo, Paro, Azevedo, Meszaros, Neves, Vieira e Torres Santomé tem no materialismo histórico o eixo norteador da investigação - realizada por alunos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campus do Sertão - que ocorreu em uma escola pública da cidade de Delmiro Gouveia - localizada na microrregião Alagoana do Sertão do São Francisco - e contou ainda com o estudo bibliográfico e documental. Por meio deste estudo, que inicialmente surgiu para atender aos requisitos da disciplina Projetos Integradores, acabou contribuindo para o entendimento e defesa de que as relações escolares e a política educacional serão bem melhor geridos se for com base na gestão democrática e participação efetiva de toda a comunidade escolar, ainda que não seja suficiente para conter toda a ingerência político partidária no interior da escola. Este estudo justifica-se na existência, no sertão alagoano, de diversas escolas cuja direção é indicada por políticos de toda ordem, sem, ao menos, a consulta à comunidade escolar, tirando da mesma o direito constitucional de praticar a democracia, que no caso em particular desse artigo, tem na eleição de diretores sua máxima expressão.

**Palavras-chave:** Política educacional, Gestão democrática, Eleição de diretor.



## 1 – INTRODUÇÃO

A política educacional se manifesta de diversas formas e pode ser entendida de acordo com S. L. Vieira (2009) como a organização política da educação para o seu melhor funcionamento. A política educacional está presente na micro e na macro educação – da organização educacional nacional à organização escolar – Em sua menor versão, por meio da legislação atual, deve se manifestar através da gestão democrática o que na prática tem na eleição de diretores escolares sua máxima expressão.

Neste artigo, busca-se demonstrar por meio da investigação sobre o processo democrático na escola, como uma ação que devia ser simples e corriqueira no interior da escola, a exemplo da eleição de diretores, pode, contribuir para avanços na relação de ensino-aprendizagem.

A gestão democrática, como prática permanente, tem sido o instrumento necessário para a eleição de diretores se tornar algo presente na política educacional escolar. No entanto, este exercício da democracia não tem se manifestado em todas as escolas do sertão alagoano e, este artigo, tenta analisar dados obtidos por meio da observação que foi realizada em uma escola pública da cidade de Delmiro Gouveia no sertão alagoano, dentre os quais estão: os efeitos da gestão escolar democrática e seu impacto sobre a comunidade escolar.

A observação foi realizada como pré-requisito para disciplina Política e Organização da Educação Básica no Brasil em nível de graduação e contou com as etapas de investigação documental e bibliográfica, seguidas da análise de dados tendo por fundamento o materialismo histórico como método capaz de lançar um olhar radical sobre o fenômeno social, sem perder de vista sua interface com as relações sociais. Nesse sentido, política educacional e participação democrática serão as categorias centrais para entender como as relações ocorrem no interior da escola.

## 2 - DESENVOLVIMENTO

### Participação democrática

A participação da comunidade de forma democrática na eleição para diretores, e



consequentemente a participação da população na gestão democrática da escola, é de fundamental importância para a democratização das relações no interior e exterior da escola, porém se a escola não inclui a comunidade nesse processo “corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária” (PARO, 2008, p. 16), no entanto essa participação democrática encontra muitas dificuldades, Paro (2008, p. 16) evidencia essa dificuldade:

A maior evidência da imprescindibilidade da participação popular nas instâncias onde se dá o oferecimento de serviço pelo Estado parece estar na constatação da fragilidade de nossa democracia liberal, que, restringindo a participação da grande maioria da população ao momento do voto, priva-a de processos que, durante os quatro ou cinco anos de mandato, permitiriam controlar as ações dos governantes no sentido de atender aos interesses das camadas populares.

Dessa forma, limitando o poder de participação da população e fazendo com que esta não se interesse por tais assuntos, o Estado tem como principal objetivo atender apenas os interesses de uma pequena minoria, grupos detentores de grande poder econômico e político, fazendo com que a democracia efetiva não aconteça, pois o Estado, principal órgão que deveria fiscalizar e exigir o bom funcionamento da democracia, entende apenas a linguagem do capital, tornando o controle das ações tomadas pelo Estado a principal necessidade da população.

No caso da escola não é muito diferente, pois a mesma é mantida pelo Estado, portanto é estatal, a mesma só será verdadeiramente pública e democrática a partir do momento em que toda “a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar. E isso só se garante pelo controle democrático da escola, já que, por todas as evidências, conclui-se que o Estado não se tem interessado pela universalização de um ensino de boa qualidade” (PARO, 2008, p. 17).

O processo de democratização se faz na prática, sendo assim a pressão da comunidade em cima do Estado, fiscalizando o mesmo e valorizando a democracia, é de fundamental importância para que a democracia ocorra de fato, não apenas dentro da escola, mas também na sociedade como um todo, de modo que o autoritarismo de certas pessoas seja extinto do



ambiente escolar. Paro (2008, p. 19) coloca o que deve ser feito para que a democracia esteja em todo o ensino:

Se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola.

O caminho para que essa democracia esteja presente em toda a sociedade, não é nada fácil, no entanto “a busca de um conhecimento crítico da realidade, procurando identificar os determinantes da situação tal como ela hoje se apresenta” (PARO, 2008, p. 19) e a busca de uma crise que afeta toda a população em geral, e conseqüentemente a educação, é o caminho que todos devem trilhar.

### **Crise na educação**

A crise causada pelo neoliberalismo, afeta desde as relações no interior da escola às relações no exterior da escola, a população em geral, fazendo predominar a lógica do capital e principalmente a do mercado, sistema que faz com que o objetivo humanizador da educação entre em total decadência, sistema esse incentivado pelo Estado de cunho capitalista. Mézáros (2002).

Ao contrário do neoliberalismo, o liberalismo clássico propôs os direitos do homem e do cidadão, enquanto a lógica neoliberal contesta a participação do estado na criação de políticas sociais que favoreçam as classes menos favorecidas, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor e nega as liberdades públicas e democráticas. Se com o liberalismo e seu estado-de-bem-estar-social, já havia todo um cerceamento de participação no interior da escola, isto se complica ainda mais com a instituição do neoliberalismo e a política do estado-mínimo. Contraditoriamente, é com a política do estado mínimo que mais se fala em democratização da gestão educacional. Azevedo (2004).

O neoliberalismo representa uma total e completa regressão no campo social e político, no qual a solidariedade atravessa uma enorme crise, estamos vivendo num processo de desumanização da sociedade, com essa ideologia neoconservadora social e política, que valoriza mais o mercado e o lucro do que o ser humano, ou seja, cidadão é reduzido ao status de mero consumidor, e esse status recai sobre os pais de alunos. Essa prática vem crescendo



nos chamados países avançados, trata-se de uma cultura política conservadora que cresce no Brasil e em outros países da América Latina, conforme Neves (2004).

A educação é afetada diretamente pelas práticas neoliberais que asseguram a manutenção do modo de produção capitalista, tais práticas desumanizam a sociedade como um todo, o homem não se reconhece mas em seu próprio gênero e no seu semelhante, pois com a lógica feroz do neoliberalismo, onde o mercado, o lucro e a exploração são os seus principais ideais, a humanidade das pessoas é destruída e o homem é transformado em uma máquina, sem sentimentos e valores, tornando o principal objetivo da educação, de produzir a humanidade em suas essências é totalmente impossibilitada por essa lógica totalmente desumana.

### **A gestão da escola**

De acordo com o Art. 67. Da lei 9.394 de 1996. A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (L. D. B. E. N), o cargo de docência pode ser exercido por meio das diversas funções no interior da escola, portanto, os docentes estão aptos para atuar em qualquer área da educação, incluindo diretores, coordenadores escolares entre outras. Esta lei ordinária ainda determina que a educação nacional se constitua a partir do princípio da gestão democrática. Contudo, observamos que na maioria das escolas públicas, especialmente na realidade do sertão alagoano, os diretores são escolhidos por representantes político-partidários, tais como, vereadores, prefeitos, governadores, deputados e etc. No entanto, em pesquisa realizada em uma escola pública da cidade de Delmiro Gouveia, constatou-se que neste estabelecimento escolar, a eleição para diretores é feita de maneira democrática entre pais, alunos e funcionários da escola.

Segundo o texto de José Carlos Libâneo (2009), a gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, concebe a docência como trabalho interativo e aposta na construção coletiva dos objetivos e do funcionamento da escola, por meio da dinâmica intersubjetiva, do diálogo, do consenso. De fato, como toda instituição, as escolas buscam resultados, o que implica uma atividade



racional, estruturada e coordenada. Ao mesmo tempo, sendo de caráter coletivo, essa atividade não depende apenas da capacidade e das responsabilidades individuais, mas também de objetivos comuns e compartilhados, de meios e ações coordenadas e controladas dos agentes do processo.

De acordo com a direção da escola investigada, o diretor pode ser eleito por dois mandatos consecutivos, de dois em dois anos, depois destes dois mandatos só poderá ser candidato após sua saída de dois anos. Segundo a direção, um docente que pretende ser diretor de uma escola pública e em qualquer outra área da educação, precisará realizar um ótimo trabalho em sua determinada especialidade de trabalho e manter este em constante, pois o populismo não garante a sua permanência na direção, pois como toda eleição, é apresentado um plano de ação e projeto. Durante o período de apresentação do plano de ação e projeto, o professor que irá concorrer ao cargo de diretor trabalha normalmente e tem a liberdade de fazer sua campanha, exceto no dia da eleição, ele vai para a escola apenas para votar e é obrigado a se manter fora da escola para não influenciar os eleitores na hora do voto.

A democracia na escola está aberta a uma série de questões, que envolvem os direitos e deveres de funcionários e alunos dentro do sistema escolar, possibilitando o diálogo contínuo entre os diferentes membros da comunidade escolar por intermédio do processo seletivo para dirigentes escolares que buscam proporcionar a efetividade de uma gestão participativa dos estudantes, pais, professores e funcionários através do voto. A democracia na escola é ampliada com a participação coletiva na constituição do Colegiado Escolar. É quando os estudantes e membros da sociedade têm a definição clara dos objetivos e estratégias de ação, pensadas a partir da realidade escolar e formalizadas no Plano de Desenvolvimento da Escola. A concepção de democracia acentua-se na necessidade de combinar a ênfase sobre as relações humanas e sobre a participação nas decisões com as ações efetivas para atingir com êxito os objetivos específicos da escola. A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar.

A participação escolar significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos seus usuários, alunos e pais na gestão da escola. Segundo a direção da escola estadual pesquisada, as funções do processo organizacional, é um imperativo social e pedagógico, e





possibilita a população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos, e a intervenção organizada no ambiente escolar. A influência de políticos na realidade da escolar, é muito grande, e isso não pode ser negado, porém, não impede que os diretores tomem suas decisões dentro do contexto escolar, e se for necessário o diretor passa as decisões para o Conselho Escolar, para que sejam analisadas e tomadas as devidas decisões. O que se está buscando aqui é defender a continuidade do processo de participação democrática na escola, sobretudo, na eleição de diretores, o que vai na contramão da maioria das escolas da cidade pesquisada.

O significado da democracia nas escolas públicas é garantir o direito de participação dos pais, alunos e os profissionais da educação na escolha das pessoas que iram administrar o estabelecimento escolar, diferentemente de quando não há democracia nas escolas, quando não há a escolha das pessoas que iram administrar a escola é feito por representantes partidários, vereadores, prefeitos, governadores, deputados e etc, deixando de lado a participação dos alunos, pais, funcionários e toda a sociedade na escolha dos administradores da escola. O direito à participação democrática é constitucional, o que fundamenta a liberdade de escolha, seja de votar ou não, em quem quiser, cabe ao indivíduo a escolha. Mas, a sua participação é de fundamental importância para uma boa administração nas escolas públicas. Segundo a diretora da escola estadual a participação da sociedade, pais e alunos, é de fundamental importância, mas, depois de passado a eleição do diretor, eles não se manifestam, e não participam de reuniões quando convocados, ela afirma que só uma minoria da comunidade escolar participa, pois não dão tanta importância para reuniões da escola.

A participação democrática precisa ser algo constante na escola e não pode se restringir ao momento – apesar de sua importância – da eleição de diretores. Acredita-se que a adoção de práticas mais amplas e aglutinadoras pode ajudar a atrair os pais, alunos e demais membros da comunidade escolar para permanecer participando e de modo colaborativo. A certeza de poder ajudar no aprendizado dos filhos pode atrair os pais para vivenciar outros momentos na escola.

Por parte da escola, a utilização de instrumentos interdisciplinares na educação básica facilita bastante o ensino aprendizagem do estudante. Pois, ela consegue unir diferentes disciplinas voltadas ao estudo e compreensão de um tema específico, onde seja possível





englobar alguns assuntos das disciplinas envolvidas, em busca de um mesmo objetivo: facilitar a aprendizagem do aluno.

Na escola estadual em foco, que exerce uma gestão democrática, sendo a escola escolhida pela equipe para realizar a entrevista, foi possível perceber que a mesma utiliza de meios interdisciplinares, pois ela participou de um projeto de pesquisa onde a interdisciplinaridade era o objetivo principal do projeto, que por meio da união de todas as disciplinas foi possível estudar e compreender melhor a realidade dos Arranjos Produtivos Locais – APL, mais especificamente o APL de Piscicultura Delta do São Francisco. Onde cada disciplina buscava contextualizar os conteúdos da sua disciplina com a realidade pesquisada.

As práticas interdisciplinares tem grande poder estruturador, por que conceitos, contextos teóricos e procedimentos, que são enfrentados pelos alunos estão organizados em torno de unidade mais global, que é compartilhada por várias disciplinas, pois segundo Jurjo Torres Santomé ( 1998):

*A interdisciplinaridade propriamente é algo diferente, que reúne estudos complementares de diversas especialistas em um contexto de estudo de âmbito mais coletivo. A interdisciplinaridade implica em uma vontade e compromisso de elaborar um contexto mais geral, no qual cada uma das disciplinas, em contato são por sua vez modificadas e passam a depender claramente uma das outras.*

A relação de interdependência no interior da sala de aula, deve refletir a relação entre os membros da comunidade escolar, que devem atuar de modo colaborativo para exercer da melhor maneira possível a participação democrática no interior da escola. A fim de verificar como se dão as relações na escola investigada, foram feitas entrevistas com a direção, sob cujas, obteve-se os seguintes resultados:

- Quando perguntada sobre como se realiza a eleição para diretores naquele estabelecimento escolar, pergunta baseada no Art. 67. Da Lei 9.394 de 1996, parágrafo segundo, a diretora relatou que o diretor é escolhido pela comunidade escolar, ou seja, a gestão deste estabelecimento é democrática, e a diretora fez questão de ressaltar que apenas no caso de falta de pessoas que queiram disputar a eleição é que são eleitos os



mesmos representantes que já administram a escola, até o momento que outra eleição seja realizada.

- Quando perguntada sobre quais os procedimentos utilizados por um docente, para se candidatar a direção de uma escola pública, a diretora respondeu que tudo que ocorre passa pelo conselho escolar, que segunda ela é muito atuante na escola.
- Um outro questionamento foi o que o candidato a direção da escola, durante a campanha, pode e o que não pode ser utilizado por estes, a diretora respondeu: Como em todo processo de eleição é apresentado um plano de ação, ela também ressaltou que todos os membros da comunidade escolar deve ficar ciente desse plano de ação, socializando a informação à todos da comunidade e que o candidato a eleição continua realizando suas atividades normalmente.
- Uma outra pergunta feita foi se a escola faz com que a comunidade participe de forma democrática em reuniões didáticas, em reuniões do conselho escolar e outras tarefas escolares, a diretora relatou que a comunidade fica ciente através do conselho escolar e a partir do mesmo a comunidade é informada, de forma que pais e alunos participam de forma democrática.
- Quando perguntada de que forma o populismo interfere no processo democrático, a diretora ressaltou que no caso da direção atual não tem muito de populismo, mas sim de respeito ao seu trabalho, e acrescentou que o populismo serve apenas de forma imediata, porém não dura muito tempo.
- Uma outra questão perguntada foi se o diretor da escola tem autonomia para tomar decisões sem que haja a interferência da política local, a diretora respondeu: temos autonomia até certo ponto e que todas as ações são levadas para as reuniões do conselho, a diretora fez questão de frisar que a prestação de contas é a parte mais cruel para um gestor, pois é uma grande responsabilidade, e ressaltou que o lado bom é a descentralização da merenda.
- Foi possível perceber também que além de exercer uma gestão democrática a escola também desenvolve práticas interdisciplinares entre as diferentes matérias, onde conteúdos são compartilhados por todos.



### 3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por uma democracia plena e justa, que cultive a humanidade nas pessoas, dentro da escola e no seu exterior, esse é o objetivo a ser alcançado por todas as pessoas que lutam por um mundo mais humano.

A experiência vivenciada por toda a equipe nessa pesquisa foi muito rica, de modo que esclareceu muitas dúvidas, podendo-se constatar que a gestão democrática existe, mesmo em uma região marcada por relações que não favorecem, tais gestos.

Práticas interdisciplinares, em conjunto com a gestão democrática, fazem com que o ambiente escolar seja democrático, interdisciplinar e unificado, fazendo com que o ensino aprendizagem se desenvolva de uma maneira mais diversificada, com qualidade e valorizando o compartilhamento de ideias, tais práticas devem ser valorizadas e ampliadas.

Não se pode perder de vista porém, que a participação democrática vai além da simples eleição para diretores, bem como que a maior forma de participação é por meio da gestão coletiva e participativa dos recursos financeiros e da metodologia adotada pela escola.

Como foi dito no início deste texto, quando mais se retirou direitos dos sujeitos mais se falou em participação democrática na política educacional. Este fenômeno que trouxe mais participação nas decisões políticas da educação escolar, também contribuiu para a responsabilização de toda a comunidade escolar sobre os resultados da mesma. Nesta perspectiva o neoliberalismo e sua política do estado mínimo segue oferecendo poucas possibilidades e cobrando maior produção e resultados.

Não se pode negar o aumento da ingerência política sobre a escola, mas, é preciso reconhecer que, com a gestão democrática, ao menos a escola tem a possibilidade de avançar na instituição de uma nova cultura para vivência escolar, a cultura da participação democrática para a tomada de decisão sobre os rumos da política educacional, ao menos no âmbito da micro política educacional. O que não tem ocorrido nas demais escolas que não



possuem este tipo de organização de sua gestão escolar, principalmente as localizadas no sertão alagoano.

Com a participação democrática, ainda que uma instância bem pequena é difícil assegurar o direito público subjetivo a educação de qualidade, sem esse mecanismo, tudo torna-se quase que impossível. Propõem-se com este texto uma maior investigação dos efeitos da gestão democrática sobre as escolas públicas do sertão alagoano em termo comparativos para maiores aprofundamentos.

## REFERÊNCIAS

PARO, V. H. **Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública**. In: *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008. p. 15 – 27.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**/ José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 7. ed. - São Paulo: Cortez, 2009. - (Coleção Docência em Formação / coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

AZEVEDO LINS, M. J. **A educação como política pública**. 3ª Ed. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2004.

MESZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica política e gestão da escola**. Brasília: Liber Livro, 2009.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade – o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 23 Dezembro 2014.